REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INTERDISCIPLINARIDADE: O ENSINO DE GEOGRAFIA E LÍNGUA PORTUGUESA NA VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

ANTI-RACIST EDUCATION AND INTERDISCIPLINARITY: GEOGRAPHY AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN THE APPRECIATION OF AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 20/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794918002

José Alves dos Reis Neto[1]

Mariana Lima de Araújo[2]

Zilda Letícia Correia Silva[3]

Lanna Ribeiro de Almeida Carvalho[4]

Antônia Adriana Cardoso Coelho Silva[5]

Francisco Fábio Soares Carvalho[6]

RESUMO

O artigo analisa as possibilidades de articulação interdisciplinar entre Geografia e Língua Portuguesa para a valorização da história e da cultura afro-brasileira na Educação Básica. Parte-se do reconhecimento de que o racismo e as desigualdades étnico-raciais possuem dimensões históricas, territoriais, culturais e discursivas, que demandam abordagens educativas capazes de relacionar diferentes campos do conhecimento. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e natureza exploratório-analítica. O corpus documental compreende a legislação educacional pertinente, especialmente as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Base Nacional Comum Curricular. O referencial teórico mobiliza estudos sobre educação, relações étnico-raciais, território, linguagem e literatura afro-brasileira. A análise organiza-se em três eixos: a dimensão político-curricular da educação antirracista; as contribuições da Geografia para a leitura da territorialidade negra e das desigualdades socioespaciais; e as possibilidades da Língua Portuguesa para o trabalho com literatura, representatividade e discursos racializados. Argumenta-se que a interdisciplinaridade pode ampliar a compreensão dos estudantes sobre a formação social brasileira, desde que não dilua as especificidades disciplinares e esteja associada à formação docente, à seleção crítica de materiais e ao planejamento institucional contínuo. Conclui-se que a articulação proposta constitui uma possibilidade pedagógica relevante, mas sua efetividade depende de condições curriculares e institucionais concretas.

Palavras-chave: Educação antirracista; Ensino de Geografia; Língua Portuguesa; Interdisciplinaridade; História e cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

This article analyzes possibilities for interdisciplinary work between Geography and Portuguese Language teaching to value Afro-Brazilian history and culture in Basic Education. It assumes that racism and racial inequalities have historical, territorial, cultural and discursive dimensions, requiring educational approaches that connect different fields of knowledge. The study is a qualitative bibliographic and documentary research with an exploratory and analytical orientation. Its documentary corpus includes relevant educational legislation, particularly Laws No. 10,639/2003 and No. 11,645/2008, the National Curriculum Guidelines for Education on Ethnic-Racial Relations, and the Brazilian National Common Curricular Base. The theoretical framework draws on studies of education, ethnic-racial relations, territory, language and Afro-Brazilian literature. The analysis is organized around three axes: the political and curricular dimension of anti-racist education; Geography contributions to understanding Black territoriality and socio-spatial inequalities; and Portuguese Language possibilities for working with literature, representation and racialized discourses. The article argues that interdisciplinarity can broaden students' understanding of Brazilian social formation, provided that it does not erase disciplinary specificities and is connected to teacher education, critical selection of teaching materials and sustained institutional planning. It concludes that the proposed articulation is a relevant pedagogical possibility, although its effectiveness depends on concrete curricular and institutional conditions.

Keywords: Anti-racist education; Geography teaching; Portuguese Language; Interdisciplinarity; Afro-Brazilian history and culture.

1. INTRODUÇÃO

A escola brasileira é atravessada por disputas em torno da memória, da identidade e das formas de representar a sociedade. O currículo não é uma seleção neutra de conhecimentos: ele expressa escolhas sobre quais sujeitos, experiências e interpretações do mundo serão reconhecidos como relevantes. Por isso, discutir a presença da história e da cultura afro-brasileira na Educação Básica implica examinar tanto os conteúdos ensinados quanto as relações sociais e os critérios de representação que se estabelecem no cotidiano escolar.

A formação social brasileira foi profundamente marcada pela colonização, pela escravização de africanos e seus descendentes e por processos persistentes de hierarquização racial. A abolição formal da escravidão não eliminou as estruturas de desigualdade construídas ao longo de séculos. Essas estruturas repercutem no acesso à terra, à moradia, ao trabalho, à educação e aos bens culturais, bem como nas imagens e discursos por meio dos quais a população negra é representada. A escola, como instituição social, pode reproduzir tais desigualdades ou contribuir para questioná-las.

A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. A Lei nº 11.645/2008 ampliou esse marco ao incluir a história e a cultura dos povos indígenas. A legislação, entretanto, não deve ser compreendida como simples acréscimo de tópicos ao programa escolar. Sua implementação requer revisão de abordagens, materiais, práticas de ensino e processos de formação docente, de modo que as contribuições africanas e afro-brasileiras sejam tratadas de maneira transversal, crítica e historicamente contextualizada.

A questão ganha especial relevância quando se consideram as possibilidades de diálogo entre Geografia e Língua Portuguesa. A Geografia permite analisar a produção social do espaço, a formação territorial, a territorialidade quilombola, a distribuição desigual de infraestrutura e as formas de segregação socioespacial. A Língua Portuguesa, por sua vez, oferece instrumentos para compreender a linguagem como prática social, analisar representações e estereótipos, desenvolver leitura crítica e trabalhar com produções literárias de autoria negra. A articulação dessas áreas pode aproximar a leitura do espaço e a leitura dos textos, evidenciando que território, identidade e linguagem são dimensões relacionadas da vida social.

Este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira a articulação interdisciplinar entre o ensino de Geografia e Língua Portuguesa pode contribuir para a valorização da história e da cultura afro-brasileira e para a construção de uma educação antirracista na Educação Básica? O objetivo geral é analisar as contribuições e os limites dessa articulação. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir os fundamentos legais e pedagógicos da educação para as relações étnico-raciais; b) examinar possibilidades de abordagem da territorialidade negra e das desigualdades socioespaciais no ensino de Geografia; c) analisar contribuições da literatura afro-brasileira e da reflexão sobre linguagem no ensino de Língua Portuguesa; e d) sistematizar possibilidades de planejamento interdisciplinar.

A relevância do estudo reside na necessidade de superar abordagens episódicas, concentradas em datas comemorativas, e de desenvolver práticas que reconheçam a população negra como sujeito histórico, produtor de conhecimento, cultura e território. A

contribuição pretendida não consiste em afirmar que duas disciplinas, isoladamente, resolvem o racismo escolar, mas em demonstrar como seus objetos e métodos podem dialogar na construção de experiências curriculares mais consistentes.

O texto está organizado em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresenta-se o percurso metodológico. Em seguida, discutem-se os fundamentos legais e conceituais da educação antirracista, as contribuições da Geografia e da Língua Portuguesa e, por fim, possibilidades e condições para o planejamento interdisciplinar.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e orientação exploratório-analítica. A opção por esse desenho decorre do problema investigado: compreender contribuições conceituais e possibilidades pedagógicas da articulação entre Geografia e Língua Portuguesa, sem produzir dados empíricos sobre uma escola ou grupo específico. O estudo não apresenta resultados de entrevistas, observações ou aplicação de atividades; suas conclusões correspondem à análise interpretativa do conjunto bibliográfico e documental selecionado.

A pesquisa bibliográfica toma como referência obras e estudos acadêmicos relacionados à educação crítica, às relações étnico-raciais, à identidade negra, ao território, à produção do espaço e à literatura afro-brasileira. Foram considerados, como referências de base, Freire (1996), Gomes (2003), Munanga (2005), Santos (2006), Evaristo (2003) e Jesus (1960), além de documentos normativos

nacionais. A seleção privilegiou a pertinência temática e a contribuição conceitual para os eixos do artigo.

Na dimensão documental, foram examinados marcos normativos que orientam o tratamento da temática étnico-racial na educação: a Lei nº 9.394/1996, com as alterações promovidas pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; o Parecer CNE/CP nº 3/2004; a Resolução CNE/CP nº 1/2004; e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Esses documentos foram lidos considerando-se seu objeto, as responsabilidades atribuídas aos sistemas de ensino e as implicações para a organização curricular.

O procedimento analítico foi organizado em quatro movimentos. Primeiro, identificaram-se os princípios legais e pedagógicos que fundamentam a educação para as relações étnico-raciais. Segundo, agruparam-se as contribuições teóricas relativas à dimensão espacial das desigualdades e à territorialidade negra. Terceiro, examinaram-se as possibilidades da linguagem e da literatura na construção de representações e no questionamento de discursos discriminatórios. Quarto, realizou-se uma síntese interpretativa, buscando pontos de convergência entre as duas áreas e condições necessárias à implementação de propostas interdisciplinares.

Como critério de coerência, cada argumento apresentado foi relacionado a uma fonte identificável ou explicitamente formulado como inferência analítica dos autores do artigo. Não se pretende afirmar que o levantamento esgota a produção científica sobre o tema. O levantamento possui caráter seletivo e orientado pela pertinência temática, não se caracterizando como revisão sistemática nem como estado da arte exaustivo.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental, sem participação de seres humanos e sem coleta de dados pessoais, o estudo não envolveu procedimentos de entrevista, observação ou intervenção. Ainda assim, a utilização de obras literárias e documentos respeita os direitos autorais e a identificação de suas fontes.

3. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: FUNDAMENTOS LEGAIS E CURRICULARES

A educação antirracista parte do reconhecimento de que as relações raciais são constitutivas da organização social e de que a escola participa da produção e da circulação de conhecimentos sobre essas relações. Isso exige deslocar a ideia de que o racismo é um assunto externo ao currículo ou restrito a comportamentos individuais. Ele também se manifesta em silêncios, ausências, hierarquias de saberes e modos de representar determinados grupos.

A Lei nº 10.639/2003 constitui marco político e curricular porque estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e indica conteúdos relacionados à história da África e dos africanos, à luta dos negros no Brasil, à cultura negra brasileira e à participação do negro na formação da sociedade nacional. A Lei nº 11.645/2008 ampliou o dispositivo, incorporando a história e a cultura dos povos indígenas. A leitura conjunta desses marcos reforça a necessidade de abordar a diversidade étnico-racial como elemento estruturante da formação brasileira.

O Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 orientam a implementação de uma educação voltada às relações étnico-raciais. Tais documentos não reduzem a tarefa à transmissão

de informações sobre o passado; propõem uma educação que reconheça histórias, identidades, conhecimentos e contribuições culturais, ao mesmo tempo que enfrente preconceitos e discriminações. A responsabilidade, portanto, não pertence exclusivamente a um componente curricular ou a um professor, mas envolve a instituição escolar e os sistemas de ensino.

A perspectiva de Gomes (2003) permite compreender que identidade negra, corpo, cabelo e pertencimento são dimensões atravessadas por relações sociais e por processos educativos. A escola pode reforçar padrões que desvalorizam características associadas à população negra ou, em sentido contrário, criar condições para o reconhecimento positivo dessas identidades. Isso demanda atenção às interações cotidianas, às imagens utilizadas em materiais didáticos, às obras selecionadas e às expectativas construídas sobre os estudantes.

Munanga (2005), ao reunir reflexões sobre a superação do racismo na escola, oferece subsídios para compreender que o enfrentamento da discriminação exige intervenção pedagógica consciente. Não basta declarar uma postura contrária ao preconceito; é preciso identificar como estereótipos se reproduzem, rever materiais e desenvolver práticas que valorizem a pluralidade de experiências. A educação antirracista deve ser planejada e avaliada, não improvisada apenas diante de episódios de discriminação.

A Base Nacional Comum Curricular apresenta competências gerais relacionadas ao respeito à diversidade, à argumentação, à empatia, à cooperação e à valorização de conhecimentos e manifestações culturais. Tais orientações podem ser mobilizadas em diálogo com as normas específicas da educação das relações étnico-raciais. A

BNCC, contudo, não substitui a Lei nº 10.639/2003 nem as diretrizes correspondentes: a implementação exige que os sistemas e as escolas traduzam esses princípios em escolhas curriculares e práticas efetivas.

Um risco recorrente é a folclorização da cultura afro-brasileira, quando ela aparece somente por meio de comidas, festas, danças ou vestimentas, descolada de seus contextos históricos, políticos e territoriais. Embora as manifestações culturais sejam importantes, uma abordagem crítica também precisa tratar de agência histórica, produção intelectual, formas de organização, resistência, religiosidades, experiências urbanas e rurais e contribuições para a ciência, a economia e a vida política. A valorização cultural não deve apagar conflitos, desigualdades ou a diversidade interna das populações negras.

Outro risco é apresentar a população negra como um grupo homogêneo. As experiências afro-brasileiras são diversas e se articulam a diferenças regionais, geracionais, de gênero, de classe, de pertencimento religioso e de organização territorial. A prática pedagógica deve evitar generalizações e reconhecer que as identidades são construídas historicamente, em contextos específicos. Esse cuidado é indispensável para que o ensino não substitua um estereótipo negativo por uma imagem idealizada e igualmente simplificadora.

4. GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E EXPERIÊNCIAS AFRO-BRASILEIRAS

A contribuição da Geografia para a educação antirracista decorre de sua capacidade de investigar como a sociedade produz, organiza e transforma o espaço. O território não é apenas uma superfície

delimitada; envolve relações de poder, apropriação, pertencimento, circulação e conflito. Ao trabalhar a formação territorial brasileira, a disciplina pode evidenciar como a colonização e a escravização organizaram usos do espaço e como diferentes formas de resistência e construção comunitária produziram outras territorialidades.

A obra de Milton Santos oferece instrumentos para compreender o espaço como dimensão social e histórica. Em A natureza do espaço, o autor analisa a relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permitindo interpretar o espaço geográfico como resultado de práticas, técnicas e relações sociais. Essa perspectiva é útil para examinar desigualdades territoriais sem reduzi-las a diferenças naturais ou a escolhas individuais. A distribuição de equipamentos públicos, infraestrutura, oportunidades e riscos ambientais está associada a processos políticos e econômicos que podem reproduzir hierarquias raciais.

No ensino básico, essa abordagem pode ser desenvolvida por meio da leitura de mapas, fotografias, dados públicos e narrativas locais. O estudo da distribuição de serviços urbanos, por exemplo, pode ser relacionado às condições de moradia, mobilidade, saneamento e acesso a equipamentos culturais. Para que a discussão seja rigorosa, é importante distinguir dados disponíveis de interpretações: mapas e indicadores devem ter fonte, escala, período de referência e limites explicitados. Não se deve atribuir causalidade racial a um padrão espacial sem evidências e contextualização adequadas.

As comunidades quilombolas constituem tema particularmente fecundo para a articulação entre território, memória e identidade. A abordagem geográfica pode contemplar localização, formas de uso

e ocupação do território, relações com recursos naturais, redes de circulação e disputas por reconhecimento e direitos. A dimensão histórica permite compreender processos de formação e resistência; a dimensão cultural evidencia práticas, conhecimentos e memórias; e a dimensão política permite discutir reconhecimento territorial e cidadania. O tratamento escolar deve evitar representar quilombos apenas como vestígios do passado: comunidades quilombolas são coletividades contemporâneas, com diversidade de trajetórias e projetos.

A Geografia também pode abordar a presença negra nas cidades, as formas de segregação socioespacial e a produção de espaços de sociabilidade, cultura e resistência. Bairros, associações, terreiros, espaços culturais, mercados, escolas de samba e circuitos de trabalho podem ser estudados como expressões de territorialidades. A análise deve reconhecer a pluralidade das experiências negras e evitar associar automaticamente determinados territórios à pobreza ou à violência.

Uma abordagem pedagógica consistente pode comparar diferentes escalas geográficas. Na escala local, os estudantes podem investigar a memória de comunidades e manifestações culturais de seu município, desde que respeitados os sujeitos e as fontes consultadas. Na escala regional, podem analisar a formação histórica de territórios negros e as contribuições afro-brasileiras em diferentes estados. Na escala nacional, podem relacionar processos de urbanização, concentração fundiária e desigualdade. A comparação entre escalas ajuda a evitar explicações simplistas e a compreender como processos amplos assumem formas específicas em cada lugar.

Para integrar a Geografia à Língua Portuguesa, os materiais espaciais podem ser acompanhados de gêneros textuais diversos: reportagens, relatos de memória, crônicas, entrevistas publicadas, mapas acompanhados de textos explicativos e literatura. O estudante pode observar como um território é descrito, quais sujeitos têm voz, que elementos são destacados e quais são omitidos. Desse modo, a leitura geográfica e a leitura discursiva se complementam, sem que uma disciplina seja reduzida à outra.

5. LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E DISCURSOS

O ensino de Língua Portuguesa pode contribuir para a educação antirracista quando compreende a linguagem como prática social e considera que os textos participam da construção de sentidos sobre pessoas, grupos e lugares. A leitura e a produção textual não se limitam ao domínio de regras gramaticais; envolvem interpretação, posicionamento, reconhecimento de vozes e análise das condições em que os discursos são produzidos e circulam.

A literatura afro-brasileira amplia o repertório de experiências e perspectivas disponíveis no currículo. A presença de autores negros permite que estudantes encontrem narrativas que elaboram memórias, conflitos, afetos, ancestralidades e projetos de futuro a partir de diferentes posições sociais. Essa inclusão não deve ocorrer como concessão eventual, mas como parte de uma política de leitura que reconheça a pluralidade da produção literária brasileira.

A obra de Conceição Evaristo, por exemplo, oferece caminhos para discutir memória, experiência, identidade e desigualdade. O conceito de escrevivência, formulado pela autora em sua trajetória

intelectual e literária, tem sido mobilizado para pensar relações entre escrita, experiência e memória coletiva. Em atividades escolares, a leitura de contos ou romances da autora pode ser acompanhada por análise de narrador, personagens, espaço, temporalidade e escolhas linguísticas, evitando que a obra seja utilizada apenas como ilustração de um tema social.

Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus, permite discutir a representação da pobreza urbana, a experiência da fome, a vida cotidiana e a produção de voz narrativa por uma mulher negra. A obra pode ser lida em diálogo com conteúdos geográficos sobre urbanização, desigualdade e condições de moradia. É importante, contudo, não reduzir a autora à condição social retratada no livro: sua produção deve ser reconhecida como elaboração literária e testemunho de uma experiência histórica, com escolhas formais e força expressiva próprias.

A reflexão sobre linguagem também exige enfrentar o preconceito linguístico e os processos pelos quais determinadas variedades são estigmatizadas. O ensino deve distinguir adequação a contextos comunicativos de julgamentos discriminatórios sobre os falantes. A valorização da diversidade linguística não significa abandonar o ensino da norma-padrão em situações que a exigem, mas ampliar a competência dos estudantes para transitar entre registros e compreender que nenhuma comunidade deve ser desqualificada por suas formas de expressão.

Os textos midiáticos e institucionais podem ser analisados para identificar estereótipos, apagamentos, escolhas lexicais e enquadramentos. Manchetes, anúncios, notícias, imagens e publicações digitais permitem discutir quem é apresentado como

protagonista, especialista, suspeito, vítima ou autoridade. A análise deve ser sustentada por evidências textuais e contextuais, evitando atribuir intenção discriminatória sem examinar os elementos que a justificam. O objetivo é desenvolver leitura crítica e argumentação responsável.

Na produção textual, os estudantes podem elaborar resenhas de obras afro-brasileiras, artigos de opinião, perfis biográficos de intelectuais negros, podcasts roteirizados, verbetes, relatos de memória ou textos de divulgação sobre patrimônios culturais locais. A escolha do gênero deve corresponder a objetivos de aprendizagem claros e a critérios de avaliação conhecidos. É necessário que a produção não exponha estudantes a situações de constrangimento nem os convide a falar em nome de grupos aos quais não pertencem.

A literatura e os estudos da linguagem, quando articulados à Geografia, permitem compreender que as representações do espaço são construídas discursivamente. Um bairro pode ser descrito como lugar de perigo, resistência, cultura, trabalho ou pertencimento, e cada descrição seleciona elementos e produz efeitos de sentido. A comparação entre textos literários, notícias, mapas e documentos públicos ajuda os estudantes a perceber que a realidade espacial não é apresentada de maneira neutra e que a leitura crítica exige observar autoria, contexto, público e finalidade.

6. INTERDISCIPLINARIDADE: ARTICULAÇÕES E PROPOSTAS DE TRABALHO

A interdisciplinaridade não consiste em justapor conteúdos de duas disciplinas em uma mesma atividade. Ela pressupõe uma questão

compartilhada, planejamento conjunto e contribuição efetiva dos conceitos, métodos e linguagens de cada área. No caso em análise, a questão comum pode ser a compreensão das relações entre território, identidade, memória e representação na história e na cultura afro-brasileira.

Um primeiro percurso possível é organizar uma sequência didática sobre territorialidades quilombolas. Em Geografia, os estudantes podem analisar mapas, localização, usos do território, escalas e relações socioespaciais. Em Língua Portuguesa, podem ler textos informativos, relatos, notícias e narrativas literárias, observando autoria, construção argumentativa e representação dos sujeitos. O produto final pode ser um texto de divulgação científica escolar ou um painel interpretativo com mapas e textos autorais, sempre com fontes identificadas.

Um segundo percurso pode partir de uma obra literária afro-brasileira. A leitura orientada em Língua Portuguesa permite estudar gênero, narrador, personagens, espaço narrativo e recursos expressivos. Em Geografia, os espaços descritos podem ser relacionados a processos de urbanização, segregação, mobilidade e desigualdade. A atividade deve preservar a autonomia da análise literária: o texto não é mero pretexto para ensinar Geografia, assim como o mapa não é apenas ilustração de uma discussão linguística.

Um terceiro percurso pode investigar a presença de patrimônios e manifestações culturais afro-brasileiras no município ou na região. A turma pode consultar fontes institucionais, acervos, publicações e registros autorizados, construindo um roteiro de leitura territorial acompanhado de textos explicativos. Caso haja contato com comunidades, grupos culturais ou instituições, a atividade deve

respeitar consentimento, autoria, direitos de imagem e formas próprias de apresentação de seus conhecimentos. A escola não deve transformar práticas culturais em objetos de exposição sem diálogo com seus detentores.

Um quarto percurso pode abordar a representação da população negra em textos jornalísticos e materiais didáticos. Em Língua Portuguesa, analisam-se escolhas lexicais, fontes ouvidas, estrutura narrativa e recursos argumentativos. Em Geografia, examinam-se os recortes espaciais, os indicadores utilizados e a maneira como os lugares são associados a determinados problemas ou identidades. A comparação entre diferentes fontes pode desenvolver critérios de confiabilidade e percepção de enquadramentos discursivos.

Em todos os percursos, o planejamento deve explicitar objetivos, conteúdos, etapas, recursos, instrumentos de avaliação e formas de participação dos estudantes. A avaliação pode considerar a qualidade da leitura de fontes, a precisão conceitual, a capacidade de relacionar escalas e contextos, a argumentação, o respeito à diversidade e a clareza da produção textual. Não é adequado avaliar a identidade, a experiência racial ou a posição pessoal do estudante; avaliam-se aprendizagens e produções observáveis.

A interdisciplinaridade também exige reconhecer limites. A integração não deve dissolver as especificidades dos componentes curriculares, atribuir a um professor a responsabilidade exclusiva pela temática ou pressupor que uma atividade pontual transforme as relações raciais da escola. A efetividade depende de continuidade, apoio da gestão, disponibilidade de materiais, tempo de planejamento coletivo e formação inicial e continuada.

As propostas precisam ser contextualizadas. Uma escola localizada em território com comunidades quilombolas pode construir relações com fontes e sujeitos locais, enquanto outra pode priorizar acervos públicos, literatura, cartografia e dados nacionais. Não há uma sequência universal que possa ser aplicada sem adaptação. O princípio comum é tratar a população negra como produtora de história, conhecimento e cultura, e não apenas como objeto de descrição ou como personagem de um passado encerrado.

Outro aspecto central é a curadoria das fontes. Mapas devem indicar autoria, escala, data e origem; dados estatísticos precisam ter ano de referência e definição dos indicadores; obras literárias devem ser lidas em sua integridade ou em excertos contextualizados; imagens e documentos devem respeitar direitos autorais. A seleção crítica dos materiais é parte da formação científica e cidadã dos estudantes.

7. DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLA

A análise bibliográfica e documental permite sustentar que a articulação entre Geografia e Língua Portuguesa oferece uma via consistente para tratar a educação antirracista porque conecta dimensões que frequentemente aparecem fragmentadas no currículo. A Geografia evidencia a materialidade das relações sociais no espaço; a Língua Portuguesa permite examinar como essas relações são narradas, nomeadas e disputadas nos textos. Em conjunto, as áreas podem contribuir para que os estudantes compreendam que desigualdades não são apenas estatísticas nem apenas representações discursivas: são processos históricos que se

materializam em territórios e também são interpretados por meio da linguagem.

A primeira contribuição está na ampliação da leitura da formação brasileira. Ao estudar territórios quilombolas, presença negra nas cidades e desigualdades socioespaciais, os estudantes podem reconhecer que a população afro-brasileira participa ativamente da produção do espaço. Ao ler obras de autoria negra e analisar discursos públicos, podem reconhecer a pluralidade de experiências e questionar representações que silenciam sujeitos ou os apresentam de forma estereotipada. A integração entre fontes espaciais e textuais ajuda a construir interpretações mais complexas.

A segunda contribuição diz respeito à formação de leitores críticos. A leitura de mapas, gráficos, documentos legais, notícias e obras literárias exige comparar fontes, identificar autoria, reconhecer finalidades e avaliar evidências. Esse conjunto de práticas favorece a argumentação e permite discutir como o conhecimento é produzido. O trabalho interdisciplinar pode, assim, aproximar a educação para as relações étnico-raciais de competências de leitura, interpretação, análise espacial e comunicação.

A terceira contribuição está na valorização de repertórios culturais e intelectuais negros. A presença de autores, comunidades e sujeitos históricos no currículo pode ampliar referências de identificação e reconhecimento. Entretanto, essa valorização requer evitar a inclusão simbólica: citar uma autora ou realizar uma atividade temática não garante mudança curricular. É necessário que as produções negras sejam estudadas com densidade, em diálogo com conceitos, contextos e tradições intelectuais, e não apenas como exemplos periféricos.

Os limites também precisam ser explicitados. A pesquisa é bibliográfica e documental e, portanto, não permite afirmar que as propostas apresentadas produziram efeitos mensuráveis na aprendizagem ou reduziram práticas discriminatórias em escolas específicas. Essas afirmações exigiriam investigação empírica, com desenho metodológico próprio, critérios de análise e, quando aplicável, procedimentos éticos. O presente estudo oferece uma síntese teórico-documental e uma agenda de possibilidades, não uma avaliação de impacto.

Outro limite decorre da amplitude do tema. Geografia, Língua Portuguesa e história e cultura afro-brasileira abrangem campos extensos. A seleção de autores e documentos aqui mobilizada é uma base de discussão, não um estado da arte exaustivo. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise de materiais didáticos, currículos estaduais e municipais, práticas docentes ou experiências de escolas situadas em territórios específicos. Também podem investigar como estudantes interpretam mapas, narrativas e representações raciais em atividades interdisciplinares.

Para a gestão escolar, a principal implicação é a necessidade de transformar a educação antirracista em compromisso institucional. Isso envolve inserir objetivos e conteúdos nos projetos político-pedagógicos, organizar formação docente, planejar ações interdisciplinares ao longo do ano, avaliar materiais e estabelecer procedimentos de acolhimento e enfrentamento de discriminações. Para os professores, implica planejar em colaboração, explicitar os conceitos mobilizados e selecionar fontes que reconheçam a diversidade e a agência histórica da população negra.

Por fim, a articulação proposta deve ser compreendida como prática de justiça curricular. Não se trata de substituir uma narrativa única por outra, mas de ampliar os sujeitos, conhecimentos e experiências reconhecidos no espaço escolar. Uma educação comprometida com a democracia precisa permitir que a história nacional seja compreendida em sua complexidade, incluindo conflitos, resistências, contribuições e desigualdades que ainda estruturam a vida social.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou contribuições e limites da articulação interdisciplinar entre Geografia e Língua Portuguesa para a valorização da história e da cultura afro-brasileira na Educação Básica. A discussão permitiu compreender que a educação antirracista demanda mais do que a inclusão pontual de conteúdos: requer revisão curricular, reconhecimento de sujeitos historicamente marginalizados e práticas pedagógicas permanentes, em consonância com a legislação educacional brasileira.

No campo da Geografia, destacaram-se possibilidades de estudo da produção social do espaço, das territorialidades negras, das comunidades quilombolas, da presença afro-brasileira nas cidades e das desigualdades socioespaciais. No campo da Língua Portuguesa, evidenciaram-se as contribuições da literatura afro-brasileira, da leitura crítica de discursos, da análise de representações e da valorização da diversidade linguística. A aproximação entre essas perspectivas permite relacionar espaço, memória, identidade e linguagem.

Conclui-se que a interdisciplinaridade pode constituir estratégia relevante para fortalecer a educação para as relações étnico-raciais, desde que preserve as especificidades disciplinares e seja sustentada por planejamento coletivo, formação docente, materiais adequados e compromisso da gestão escolar. As propostas apresentadas são possibilidades a serem contextualizadas, não receitas universais nem resultados empiricamente comprovados.

Como limite, destaca-se o caráter bibliográfico e documental do estudo, que não permite medir efeitos de intervenções pedagógicas. Recomenda-se que pesquisas futuras investiguem práticas concretas em escolas, analisem livros didáticos e currículos locais e acompanhem processos de aprendizagem relacionados à leitura espacial e discursiva das relações étnico-raciais. Dessa forma, será possível aprofundar a compreensão sobre as condições em que a articulação entre Geografia e Língua Portuguesa contribui para uma escola mais democrática, plural e comprometida com o enfrentamento do racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 9 nov. 2026.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

---

[1] Doutor em Educação pela Estácio de Sá, mestre em Educação pela Faculdade Pitagoras, professor da rede pública e particular de educação. Lattes: https://lattes.cnpq.br/9714688104780111

[2] Mestre em Educação pela Faculdade Pitagoras, atuando na rede pública de ensino. Lattes: https://lattes.cnpq.br/4821549997454715. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Doutoranda em Direito na UFRGS (Universidade Fedwral do Rio Grande do Sul). Mestre em Direito, Estado e Constituicak pela UnB (Universidade de Brasília). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Piauí. Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio Ceut. Pós-Graduada em Direito Penal e Direito Processual Penal.

[5] Licenciatura Plena em Geografia. UFPI. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Mestre em Ciência Política. UFPI. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail